

Economia. Do “gr. oikonomía, atos 'administração, direção de uma casa; organização, distribuição; economia' pelo lat. oeconomia, ae 'disposição, ordem, arranjo, economia (de um discurso, de um poema)’

☐ substantivo feminino

1 Diacronismo: antigo. gerenciamento de uma casa, esp. das despesas domésticas. 2 controle ou moderação das despesas; poupança. 3 Rubrica: economia. ciência que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar. 4 conjunto de disciplinas constituintes do curso de nível superior que forma economistas. 5 aproveitamento racional e eficiente de recursos materiais. 6 Derivação: sentido figurado: dispêndio exato de esforço, linguagem, movimento etc. 7 arranjo ou modo de funcionar dos diversos elementos de um todo; organização. Ex.: a e. de um conto.

☐ economias

☐ substantivo feminino plural

8 dinheiro, bens economizados por poupança

(Dicionário Houaiss Eletrônico)

ECONOMIA

O ato de viver é a busca incessante de satisfação de necessidades, desde organismos unicelulares até as pessoas da civilização mais sofisticada. Estas anotações dedicam-se, de forma resumida, a tratar das necessidades humanas.

Ao contrário da quase absoluta maioria das outras espécies animais, o ser humano tem, no agregado, necessidades ilimitadas, cujo atendimento gera demandas por bens e serviços também de forma ilimitada. De indivíduo para indivíduo, as demandas variam em função de uma série de circunstâncias, como cultura, grupo social, faixa etária, preferências pessoais e tantas outras. Determinados bens e serviços têm sua procura dependente até mesmo da época do ano (entre tantos outros exemplos, bebidas, sorvetes, presentes para crianças, tipos de roupas, viagens) ou do estado de saúde do indivíduo.

As necessidades humanas apresentam diferentes graus. As mais elementares são de origem biológica. Num crescendo de complexidade, vêm as origens culturais, afetivas e de *status* ou reconhecimento social.

Admitindo que, no conjunto da sociedade, as pessoas são incapazes de “produzir” todos os bens e serviços que desejam, a satisfação das necessidades depende de que alguma entidade se disponha a produzi-los. Esta constatação independe do regime político-econômico vigente e ocorre desde o tempo em que o homem deixou de ser meramente coletor-caçador e começou a se organizar em sociedades complexas, em que a sobrevivência do conjunto passou a depender cada vez mais da divisão do trabalho. Com a cada vez mais complexa gama de necessidades (habitação, vestuário, transporte, armas, lazer, artes e um sem-número de outras), mais e mais vêm se diversificando os tipos de empresas necessárias para suprir a demanda daí decorrente.

Palavras-chave: para satisfazer a *demanda* dos consumidores por um determinado *bem* ou *serviço* é necessário que alguém (genericamente, *empresas*) se disponha a propiciar a *oferta* desse bem ou serviço. O agente econômico denominado “consumidor” pode ser tomado como um indivíduo ou como uma família, como faz o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto parece um critério razoável, dado que diversos itens de consumo ficam disponíveis no âmbito da residência (geladeira, aparelho de televisão, enfim, a maioria dos chamados bens duráveis).

De outro lado, para se produzirem os bens e serviços desejados, é necessário dispor-se de *fatores* de produção (recursos), muitos deles escassos, isto é, insuficientes para atender todas as demandas de todas as pessoas. Com base, por exemplo, em Leftwich (1983)¹, o problema econômico passa a ser, então, decidir sobre:

a) Quais necessidades atender, e em que grau (o quê e quanto produzir), face à impossibilidade de saturar todas elas. Em sistemas capitalistas, este ajuste se dá via preço. Quanto mais desejado um bem (simplificação para bens, serviços e fatores), maior a disposição a pagar dos consumidores, o que tende a elevar o preço. Essa dimensão é variável ao longo do tempo, à medida que se alteram as tecnologias de produção, as disponibilidades totais de recursos, os níveis de renda e os gostos e preferências dos consumidores.

b) Organização da produção: consiste na alocação dos recursos direcionada à oferta de bens mais desejados, que têm maior preço relativo, resultando em provável maior lucro das empresas produtoras, as quais, por sua vez, dispõem-se a pagar mais pelos fatores necessários, que assim serão direcionados mais para essas atividades e menos para produtores de bens menos desejados.

c) Partilha da produção entre os consumidores, o que depende da distribuição da renda pessoal. Para cada indivíduo, a renda depende da quantidade de cada recurso de que dispõe para vender e dos respectivos preços. Maiores rendas são obtidas por pessoas que dispõem de maiores quantidades de recursos e os empregam na produção de bens mais desejados pelos consumidores.

d) Racionamento no curto prazo, que consiste em distribuir a produção no espaço e no tempo. No caso agrícola, por exemplo, distribuir no espaço significa a coleta nos pontos de produção e transporte aos pontos de consumo, ao passo que distribuir no tempo consiste em distribuir uma produção sazonal entre os períodos de safra e entressafra.

Relacionado ao último aspecto abordado no parágrafo anterior, destaca-se o papel do especulador (intermediário, atravessador) como agente econômico: com preços menores no início (safra) e prevendo preços maiores no fim do período (entressafra), adquire parte da produção, elevando um pouco os preços. Durante a entressafra, vai colocando o produto no mercado, fazendo com que os preços subam menos do que se todo o suprimento tivesse sido consumido no início. Desta maneira, reduz-se a diferença entre os preços máximo e mínimo do produto naquele período. O intermediário pode ser o próprio Governo, através de política de preços mínimos e outros mecanismos de formação de *estoques reguladores*.

Encontram-se na literatura diversas maneiras de se classificar os recursos. Por exemplo, humanos (força de trabalho, conhecimento técnico) e materiais; escassos e livres (sem limitação de uso); naturais e produzidos pelo homem (*man-made*); finitos e renováveis, e outras. Petróleo, por exemplo, é um recurso natural finito e não-renovável, pelo menos num horizonte de tempo razoável. Uma floresta é um recurso natural finito e renovável, em que pese a renovação poder demorar bastante tempo. O nitrogênio usado na agricultura é um recurso escasso produzido pelo homem, e assim por diante.

¹ LEFTWICH, R.L. **O sistema de preços e a alocação de recursos**. 7ed. São Paulo: Pioneira, 1983, 452 p.

Em economias capitalistas, os recursos são propriedade privada, por posse direta ou concessão pública. Em economias de planejamento centralizado, os recursos, ou a maioria deles, são propriedade coletiva, gerenciados pelo estado e até mesmo as empresas podem se confundir com o próprio governo.

Nos sistemas econômicos de livre empreendimento, uma empresa só se disporá a produzir e depois abrir mão de bens e serviços se for por isto compensada, isto é, tem *disposição a aceitar compensação* pela atividade. De seu lado, os consumidores apresentam *disposição a pagar* para obterem os itens almejados, cujo dispêndio total está limitado pela renda disponível. Palavra-chave: mercado.

Mercado, portanto, é um contexto em que há indivíduos dispostos a comprar e indivíduos dispostos a vender um determinado bem, serviço ou recurso. Por exemplo, um produtor de alimentos é, ao mesmo tempo, consumidor de fatores de produção (trabalho, terra, sementes, insumos, etc) e fornecedor dos produtos obtidos. Reforçando: mercado refere-se a um determinado produto, que pode ser um conjunto ou mesmo um subproduto. Assim, fala-se em mercado de soja, mercado de milho, mercado de trigo e assim por diante. A depender do interesse da análise, pode-se agregar diversos produtos, por exemplo, no “mercado de grãos”, ou “mercado de alimentos”. Do outro lado, pode-se fracionar um determinado produto em seus derivados: mercado de soja em grão, mercado de óleo de soja, mercado de farelo de soja, e assim por diante.

A Figura 1, derivada de abordagem atribuída a Shumpeter, ilustra o fluxo de bens e serviços (circuito externo) e da renda (circuito interno). Pressupondo-se economia estável, sem progresso técnico, os fluxos são constantes.

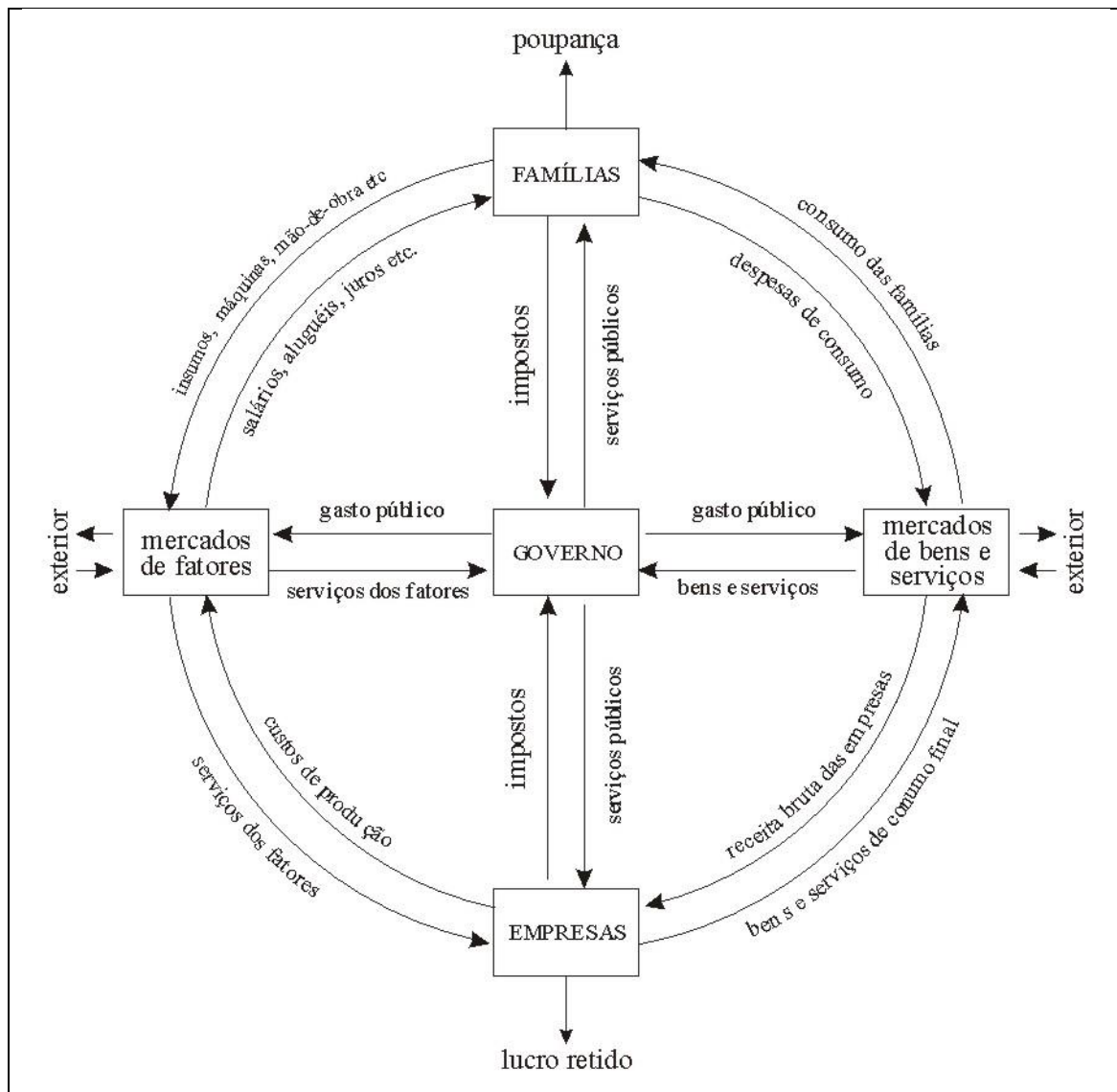


Figura 1. Fluxo circular da economia.

No entanto, há itens de consumo humano que não têm mercado, como, por exemplo, ar, qualidade da água, qualidade cênica, segurança e muitos outros, que podem genericamente ser chamados de bens públicos.

Para haver mercado de um produto, isto é, para que haja pessoas dispostas a vendê-lo e outras a comprá-lo, é necessário que satisfaça algumas condições: a) ser *escasso* ou *finito*; b) apresentar *rivalidade no consumo*, ou seja, consumido por um indivíduo, não fica disponível para outros consumidores; c) ser passível de *exclusão* de consumidores, através de algum mecanismo que impeça que todos os consumidores que assim o desejarem obtenham qualquer quantidade do produto; d) seja de alguma forma *divisível*, e) tenha seus *direitos de propriedade* perfeitamente definidos e totalmente aplicados, incluindo as sanções aos infratores.

Essas breves considerações iniciais são o cerne da chamada teoria econômica neoclássica. Um de seus postulados mais fortes é que os consumidores compõem suas cestas de consumo (quantidades de cada item) de forma a maximizar seu nível de bem-estar, limitados pela renda disponível, e que as empresas compõem seus sistemas de

produção (combinação de fatores) de forma a maximizar seus lucros, limitadas pelos recursos e tecnologias disponíveis, além dos respectivos custos.

Especificamente no que se refere ao atendimento de algumas necessidades essenciais, há diversas organizações que se dedicam ao estudo da chamada *cesta básica*, conjunto de bens de consumo. A concepção inicial surgiu, no Brasil, no final da década de 1930 e foi oficializada com a implantação do salário mínimo, em 01/05/1940. Definiu as necessidades diárias de alimentos para uma pessoa adulta. Mais recentemente, a composição da cesta básica varia de região para região e também de acordo com a finalidade. Além disso, empresas que fornecem cesta básica a seus funcionários estabelecem as mais variadas composições.